

Bullying Escolar: Um questionamento aos estereótipos de abordagem do fenómeno.

Paulo Costa (paulocosta@ie.uminho.pt), Beatriz Pereira, Hugo Simões & Rosana Farenzena

*Instituto de Educação, Universidade do Minho; Universidade de Passo Fundo; Centro de
Investigação em Estudos da Criança*

Resumo: A violência escolar, em particular o *bullying*, constitui uma espécie de "nó cego" para as comunidades educativas e, de modo geral, para a sociedade. Na lógica de uma compreensão contextual e profunda da vida escolar de alunos, desenvolvemos um estudo sensível às especificidades das interações entre pares, direta ou indiretamente, relacionadas às suas manifestações. Nesta perspetiva, pretendemos verificar se o género masculino, enquanto catalisador preferencial destas abordagens agressivas, mantém nos dias de hoje, o seu *status* de *bullying* face ao género feminino. Descrevemos e analisámos a prevalência das múltiplas formas de vitimação ocorridas entre pares, a através de um questionário aplicado a 360 alunos do 7º ano do ensino básico, sendo 168 (46,7%) do género feminino e 192 (53,3%) do masculino, com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos ($\bar{X}=12,36$ e $\sigma = 0,773$). Os principais resultados de pesquisa indicam não haver diferenças de género, estatisticamente significativas, com exceção das categorias de vitimação física e de exclusão.

Palavras-chave: Bullying; Criança; Vitimação; Género; Frequência.

Introdução

O *bullying* constitui um tema inevitável. De natureza processual, tem as propriedades de expandir-se nas linhas de tempo das vivências da escola e, de caracterizar a interatividade que pauta o clima institucional. Diferenciando-se de manifestações isoladas do quadro de violência escolar, o *bullying* ocorre quando comportamentos agressivos e de intimidação (Pereira, 2008) se manifestam de forma repetida (semanas, meses ou anos), com intenção de magoar outros que, por si só, não conseguem se defender devido a uma assimetria de poder entre pares (Olweus, 1993; Smith & Sharp, 1994; Solberg & Olweus, 2003).

A considerável incidência de vitimação nas diferentes escolas onde é pesquisada constitui um capítulo complexo no conjunto das culturas sociais e das interações inter e intra geracionais. Essas instituições são um retrato fiel da sociedade, com as suas multiplicidades, variâncias e estereótipos (Meyer, 2011). Num momento em que está amplamente disseminado e consolidado um campo teórico sobre o problema, torna-se possível aprofundar a análise de aspetos específicos, essenciais à compreensão do todo. Justifica-se assim, a abordagem, em profundidade sobre a vitimação, analisada na dinâmica do fenómeno e do contexto onde este se manifesta. Constatar a vitimação no convívio entre pares, com o conhecimento de que esta condição compromete o bem-estar dos jovens, impactando negativamente a sua cidadania íntima, implica em questionar às culturas adultas, os modelos parentais e educacionais, inseridos numa estrutura político organizacional mantida em nome do bem comum. A vitimação tem ação desagregadora sobre a subjetividade do sujeito, repercute nas questões de autoimagem e de autoconceito, também compromete o sentimento de confiança básica em relação ao outro e, interfere no seu desenvolvimento global (Sanmartin, 2006).

Inserir-se neste histórico de provisão, a gestão e implementação de um processo educativo para uma cultura de convívio pacífico, inclusivo e, respeitoso nas diferenças. Considera-se assim, necessário um esforço contínuo de cada escola, num autêntico movimento de reflexividade institucional, que permita desvelar estruturas e dinâmicas interativas e, alavancar, uma intervenção contínua de caráter sistêmico. Não pode constituir uma tentativa de aplicação das recomendações retiradas de manuais prescritivos, comuns no elenco de publicações da temática (Pereira, Costa, Melim, & Farenzena, 2011).

As múltiplas facetas da vitimação

A problemática do *bullying* remete para uma disfunção multifatorial, referida em diversos estudos e, as suas variações estão associadas à frequência, duração e forma, entre outros fatores (Costa, Pereira, Simões, & Farenzena, 2011; Skrzypiec, Slee, Murray-Harvey, & Pereira, 2011). Os comportamentos de *bullying* podem ser manifestados por meio direto e/ou indireto. Estes últimos não são de fácil identificação e, frequentemente relacionam-se a quadros de vitimação com efeitos profundos e duradouros (Pereira, 2008).

As formas de vitimação física, verbal e de exclusão são identificadas, em publicações, como sendo as de maior frequência no contexto da escolarização de crianças e jovens, comparativamente às demais (Bjorkqvist, Lagerspetz, & Kaukiainen, 1992; Ladd & Kochenderfer-Ladd, 2002). Torna-se pertinente problematizar a afirmação de uma tendência que situa a vitimação verbal como um comportamento entranhado ao quotidiano das relações entre crianças, jovens e adultos na escola. Rotineiro e categorizado como inevitável passa a ser minimizado ou desvalorizado na negatividade que contém. Dissociado da componente de violência, é incorporado ao universo das socializações institucionais. Já não tem significado suficiente para causar surpresa, mobilizar ou gerar intervenção e segue como componente oculto do currículo. Na particularidade da vitimação verbal, (Hoover, Oliver, & Hazier, 1992; Skrzypiec, et al., 2011) referem que, com o avançar da idade da criança, o *bullying* verbal tem tendência a predominar sobre as demais formas. Olhar controverso ao de investigadores como Ortega (1994), cujos estudos indicam que quer para os alunos mais novos ou mais velhos, os insultos constituem a forma de vitimação mais frequente. Torna-se necessário observar os padrões de linguagem e as valências correspondentes, circulantes no contexto das relações escolares. Outros estudos desenvolvidos com crianças e jovens (Costa, et al., 2011; Martins, 2009; Pereira, 2008) reforçam a existência de uma diferenciação geracional no uso dos recursos aos comportamentos agressivos. As formas de vitimação verbal e física aparecem como as mais frequentes entre crianças e, a exclusão como a forma mais frequente entre

jovens, seguindo-se a verbal e, na sequência a agressão física. Esses dados, revelam o predomínio de um percurso socializador, bem como dos valores que o conduzem, na medida em que, a partir das vivências da infância e, do seu poder de leitura e de ação no contexto, a criança reveste de significados as diferentes formas de vitimação, optando por condutas agressivas de menor exposição social, como a de exclusão (Martins, 2009; Pereira, 2008; Skrzypiec, et al., 2011).

Um estudo recente, desenvolvido em Portugal (Costa & Pereira, 2011), onde crianças/jovens assumiram o papel de investigadores, apresenta um dado sugestivo da naturalização dos comportamentos que ocorrem de forma indireta: «Não falar para magoar um(a) colega» e «deixar só um(a) colega porque não querem divertir-se com ele(a)», são práticas que, com frequência, os estudantes não situam como manifestações de violência ou como formas de bullying. O impacto causado à vida das vítimas, não aparece como fator que possa determinar a cessação dessa prática (Costa & Pereira, 2011).

A «ameaça» com o objetivo de promover a intimidação, o medo e diminuir a autoestima da vítima, é uma conduta identificada na cultura escolar, com tendência a culminar na agressão física (Ortega & Mora-Merchan, 1997). Os alunos mais novos são as vítimas mais frequentes de ameaças, uma situação de vulnerabilidade que se altera com o aumento da idade (Carvalhosa, Lima, & Matos, 2001). No quadro das manifestações de *bullying*, tem-se destacado ainda, a agressão permeada pelas tecnologias de informação e comunicação, nomeada como *cyberbullying*. Num cenário social menos tolerante às agressões físicas, flexibilizado quanto a outro conjunto de comportamentos e, de ampla disseminação das tecnologias de informação, afirma-se o *cyberbullying*, como forma de vitimação que, transcende as fronteiras do tempo e do espaço físico, na medida em que a vitimação se pode manter infinitamente presente no espaço virtual (Amado, 2010).

Para Meyer (2011) o *bullying* associado ao género desdobra-se em três formas de assédio sexual, a saber: heterossexual, homofóbico e transfóbico, em que o (s) visado (s) apresenta comportamentos e atitudes diferentes do seu estereótipo de género. O assédio de carácter sexual, na sua vertente homofóbica corresponde a uma das formas mais prejudiciais na vida dos jovens. Crianças e jovens com respostas situadas além das margens dos esquemas sociais de género ou que provoquem movimentações no quadro do que se convencionou como normalidade são potenciais vítimas de segregação, intimidação, exclusão ou agressão. Também os alunos com orientação bissexual, gays, lésbicas e transsexuais, ou ainda, os que tem nas suas famílias membros com este tipo de orientação, revelam medo e vergonha face à natureza homofóbica ou transfóbica dos comportamentos dos seus pares (Meyer, 2011). As

escolas que impõem uma norma de silenciamento a essa problemática, concorrem para uma condição de duplo sofrimento das vítimas, na medida em que lhes reduzem o poder de resposta frente ao assédio.

O fenómeno do *bullying* desdobra-se assim nas múltiplas formas de vitimação e nas variáveis de contexto. Não basta que seja olhado a partir da generalidade ou, mesmo do ponto de vista de uma categorização de formas. Outros determinantes definem e particularizam o fenómeno. Dentre esses há que se considerar as questões de género, não com vistas a estabelecer uma formatação caricata de comportamentos, mas a compreender o interjogo de valores culturais, sociais e os ditames normativos, dotados de força para definir um referencial específico de condutas para «eles e elas», que resultam dessa dinâmica.

Questões de género e especificidades da vitimação

Diversas investigações indicam que os estudantes do género masculino estão envolvidos no *bullying*, tanto como vítimas como agressores, mais frequentemente do que as estudantes do género feminino (Carvalhosa, et al., 2001; Olweus, 1993). Também, que os primeiros recorrem preferencialmente às condutas violentas, diretas e antissociais, enquanto as estudantes tendem a expressões indiretas de violência, categorizadas como um recurso de manipulação social (Matos, Negreiros, Simões, & Gaspar, 2009). Pesquisas mais recentes não contradizem essa leitura do fenómeno, entretanto desvelam uma especificidade que torna inevitável a desconstrução da rotulagem de género, de orientação maniqueísta e normalizadora. Esses novos elementos, visibilizados no corpo de metodologias sensíveis a voz das crianças e jovens, sinalizam para um cenário não de igualdade, mas de grande proximidade, entre os géneros, nas formas de vitimar (Costa, et al., 2011; Martins, 2009; Pereira, 2008; Sapouna, 2008; Viljoen, O'Neill, & Sidhu, 2005). Ainda que se confirme a associação do género masculino com a maior frequência de episódios de natureza física (Pereira, 2008; Skrzypiec, et al., 2011; Stockdale, Hangaduambo, Duys, Larson, & Sarvela, 2002), e do género feminino com ações indiretas e/ou relacionais, também com maior vitimação de *bullying* verbal, social e através da internet (Craig, Pepler, & Blais, 2007), há uma redução significativa nas margens da especificidade de comportamentos. No caso da intimidação verbal, já é possível identificar-se uma prevalência comum ao nível de ambos os géneros (Bradshaw, O'Brennan, & Sawyer, 2008; Craig, et al., 2007; Skrzypiec, et al., 2011; Smith, 2002). A constatação de que o género masculino se envolve, com maior frequência, em atos de *bullying*, não deve ser instrumentalizada em favor da tese de uma agressividade natural e incontornável.

Objetivos

Constatar que grande parte dos estudos realizados em Portugal, nesta área, trata da identificação dos intervenientes e dos níveis de incidência dos comportamentos de *bullying*, mobilizou nosso desejo de tentar olhar por outro ângulo, de visitar elementos, tirar-lhes o pó e colocá-los na cena interpretativa, sem lançar mão aos clichês habituais, que circulam livremente, também no campo académico. Isto porque a complexidade do fenómeno, inserido no terreno das violências na escola e, das políticas públicas educacionais, exige olhares contínuos, curiosos, questionadores, críticos, ousados guiados por uma conceção plena dos direitos da criança, bem como da cidadania da infância, aqui considerada no conceito geracional alargado da Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1989). Do esforço para descrever e analisar a frequência e as múltiplas formas de vitimação entre pares, com atenção especial para as questões de género, da consciência das limitações de uma metodologia tradicional para garantir a voz dos protagonistas do fenómeno e, do compromisso de superação com vistas ao avançar no terreno do conhecimento, resultam dados precisos em relação ao contexto investigado. Mais relevantes, talvez sejam as questões produzidas no cruzamento dos mesmos, que problematizam a estrutura de conservação de modelos morais e culturais redutores da condição de humanidade.

Amostra

A amostra do estudo aqui revisitado foi constituída por um conjunto de 360 alunos do 7º ano de três agrupamentos de escolas públicas do norte de Portugal, sendo 53,3% do género masculino e, 46,7% do feminino, com a média de idades de 12,36 e desvio padrão de 0,773. A escolha do 7º ano de escolaridade liga-se ao facto de o mesmo situar-se como um momento de transição de ciclo de escolaridade, caracterizando-se pela maior suscetibilidade para a ocorrência de comportamentos de vitimação/agressão entre pares em contexto escolar (Amado & Freire, 2002).

Instrumento

Definiu-se pela versão online¹ adaptada do questionário de autorrelato «*Bullying – a agressividade entre crianças no espaço escolar*» de (Olweus, 1989), adaptado à população portuguesa por (Pereira, 1997), autorizado pela DGIDC com o número de registo

¹ <https://www.surveymonkey.com/s/JM95WR9>

0163700001, denominado por «*Bullying – A agressividade entre crianças na escola*» (Costa, et al., 2011).

Procedimentos

O questionário foi aplicado aos alunos no final do primeiro período escolar² de 2010, durante o tempo regular de aula. Na pauta de preparação foram problematizadas as questões éticas dos estudos com jovens, como a salvaguarda do livre arbítrio quanto a participar ou não na investigação, o direito ao anonimato nas respostas e à respetiva confidencialidade, assim como o melhor destino do conhecimento resultante da investigação. Para efeitos de análise e tratamento estatístico dos dados recolhidos foram submetidos a processamento eletrónico, usando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), Windows* (versão 19).

Apresentação dos resultados

Os resultados para a variável género, detalhados na Tabela 1, evidenciam uma tendência semelhante quanto as diferentes formas de vitimação, exceto nas situações onde há diferenças estatisticamente significativas: «Bateram-me, deram-me murros ou pontapés» - ($\chi^2 = ,002$; $p \leq 0,01$); «Fizeram-me gestos obscenos para me magoar» sexual ($\chi^2 = ,009$; $p \leq 0,01$) e «Andaram a falar mal de mim e disseram segredos» ($\chi^2 = ,001$; $p \leq 0,001$). A forma de vitimação mais frequente no género feminino foi reconhecida como «Andaram a falar mal de mim e disseram segredos» (37,6%) e no masculino «Chamaram-me nomes ou gozaram-me de forma desagradável» (26,5%).

Tabela 1 -Frequência das respostas aos itens de vitimação

Formas de vitimação	Frequência de diferentes formas de vitimação									p
	Amostra (n=350)			Feminino (n=165)			Masculino (n=185)			
	Nenhuma vez	1ou2 vezes	3 ou mais vezes	Nenhuma vez	1ou2 vezes	3 ou mais vezes	Nenhuma vez	1ou2 vezes	3 ou mais vezes	
n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	
Andaram a falar mal de mim e disseram segredos	250 (71,4%)	80 (22,9%)	20 (5,7%)	103 (62,4%)	52 (31,5%)	10 (6,1%)	147 (79,5%)	28 (15,1%)	10 (5,4%)	**
Chamaram-me nomes ou gozaram-me de forma desagradável	263 (75,1%)	64 (18,3%)	23 (6,6%)	127 (77%)	29 (17,6%)	9 (5,5%)	136 (73,5%)	35 (18,9%)	14 (3,6%)	ns
Bateram-me, deram-me murros ou pontapés	307 (87,7%)	37 (10,6%)	6 (1,7%)	155 (93,9%)	10 (6,1%)	0 (0%)	152 (82,2%)	27 (14,6%)	6 (3,2%)	**
Ameaçaram-me ou meteram-me medo	308 (88%)	33 (9,4%)	9 (2,6%)	149 (90,3%)	13 (7,9%)	3 (1,8%)	159 (85,9%)	20 (10,8%)	6 (3,2%)	ns

² 1º Período escolar (setembro a dezembro).

Estragaram-me coisas (material escolar, roupa, etc.)	311 (88,9%)	37 (10,6%)	2 (,6%)	150 (90,9%)	15 (9,1%)	0 (0%)	161 (87%)	22 (11,9%)	2 (1,1%)	ns
Fizeram-me gestos obscenos para me magoar	312 (89,1%)	31 (8,9%)	7 (2%)	156 (94,5%)	7 (4,2%)	2 (1,2%)	156 (84,3%)	24 (13%)	5 (2,7%)	**
Tiraram-me coisas	313 (89,4%)	31 (8,9%)	6 (1,7%)	146 (88,5%)	18 (10,9%)	1 (,6%)	167 (90,3%)	13 (7%)	5 (2,7%)	ns
Deixaram-me só porque não queriam brincar comigo	321 (91,7%)	22 (6,3%)	7 (2%)	149 (90,3%)	13 (7,9%)	3 (1,8%)	172 (93%)	9 (4,9%)	4 (2,2%)	ns
Não me falaram para me magoar	329 (94%)	16 (4,6%)	5 (1,4%)	158 (95,8%)	5 (3%)	2 (1,2%)	171 (92,4%)	11 (5,9%)	3 (1,6%)	ns
Insultaram-me com nomes ou frases de natureza sexual	332 (94,9%)	13 (3,7%)	5 (1,4%)	156 (94,5%)	7 (4,2%)	2 (1,2%)	176 (95,1%)	6 (3,2%)	3 (1,6%)	ns
Tocaram em partes (intimas) do meu corpo deixando-me triste...	333 (95,1%)	14 (4%)	3 (,9%)	154 (93,2%)	8 (4,8%)	3 (1,8%)	179 (96,8%)	6 (3,2%)	0 (0%)	ns
Impediram-me de participar nas atividades dos meus colegas	335 (95,7%)	13 (3,7%)	2 (,6%)	162 (98,2%)	3 (1,8%)	0 (0%)	173 (93,5%)	10 (5,4%)	2 (1,1%)	ns
Ameaçaram-me através do telemóvel ou internet	336 (96%)	12 (3,4%)	2 (,6%)	158 (95,8%)	7 (4,2%)	0 (0%)	178 (96,2%)	5 (2,7%)	2 (1,1%)	ns
Insultaram-me pela minha cor ou raça	344 (98,3%)	5 (1,4%)	1 (,3%)	163 (98,8%)	2 (1,2%)	0 (0%)	181 (97,8%)	3 (1,6%)	1 (,5%)	ns
Espalharam mensagens via telemóvel ou internet para me fazer mal	346 (98,9%)	4 (1,1%)	0 (0%)	164 (99,4%)	1 (,6%)	0 (0%)	182 (98,4%)	3 (1,6%)	0 (0%)	ns
Ameaçaram-me com armas (faca, bazões...)	347 (99,1%)	3 (,9%)	0 (0%)	165 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	182 (98,4%)	3 (1,6%)	0 (0%)	ns
Obrigaram-me a dar-lhes dinheiro	348 (99,4%)	2 (,6%)	0 (0%)	165 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	183 (98,9%)	2 (1,1%)	0 (0%)	ns

[†]p<0,05 **p<0,01 ***p<0,001

Consideradas as múltiplas formas de vitimação, regista-se através da tabela 2, que em termos globais a situação de exclusão manifesta maior prevalência (33,8%), seguida das de natureza verbal (26%), ameaça (18,9%) e física (18,3%). Com valores relativos mais baixos, observa-se a vitimação de natureza sexual (16%) e *cyberbullying* (4,3%). Em relação ao género, observa-se que o feminino apresenta uma percentagem mais elevada de envolvimento em situações de vitimação «1 forma» (3,6% a 33,3%) comparativamente ao masculino (3,2% a 26,5%), enquanto na alternativa de resposta «2 ou mais formas», regista-se uma tendência inversa, masculino (1,1% a 10,3%) e feminino (0,6% a 8,5%). Globalmente, os dados obtidos, tendo por referência os diferentes tipos de vitimação, apontam também para três níveis de análise diferenciados tendo em conta suas frequências. Assim, a vitimação com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) ou *cyberbullying*, constitui o tipo de vitimação menos frequente para ambos os géneros (fem = 4,2% e mas = 7,1%). No outro extremo, os tipos de vitimação mais frequentes são, para o género feminino as de caráter de exclusão (41,8%) e para o masculino a verbal (27,6%), invertendo-se o posicionamento das mesmas relativamente à segunda forma mais frequente. Entre os demais tipos de vitimação, a ameaça constitui-se como o tipo de maior utilização relativamente ao nível do género (fem=18,2% e mas=19,5%), evidenciando-se que a ameaça, física e sexual são, predominantemente, utilizadas pelo género masculino. No que se refere ao grau de associação

entre o género e os tipos de vitimação verifica-se a existência de relação de associação com significado estatístico na vitimação de carácter de exclusão ($\chi^2=.001$; $p\leq 0,001$) e física ($\chi^2=.015$; $p\leq 0,005$).

Tabela 2 – Frequência dos tipos de vitimação

Tipos de vitimação	Amostra (n=350)			Feminino (n=165)			Masculino (n=185)			p
	Nenhuma forma	1 forma	2 ou mais formas	Nenhuma forma	1 forma	2 ou mais formas	Nenhuma forma	1 forma	2 ou mais formas	
	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	n %	
Vitimação exclusão	231 (66,2%)	85 (24,4%)	33 (9,5%)	96 (58,2%)	55 (33,3%)	14 (8,5%)	135 (73,4%)	30 (16,3%)	19 (10,3%)	***
Vitimação verbal	259 (74,0%)	89 (25,4%)	2 (0,6%)	125 (75,8%)	40 (24,2%)	0 (0%)	134 (72,4%)	49 (26,5%)	2 (1,1%)	
Vitimação Ameaça	284 (81,1%)	51 (14,6%)	15 (4,3%)	135 (81,1%)	25 (15,2%)	5 (3,0%)	149 (80,5%)	26 (14,1%)	10 (5,4%)	ns
Vitimação Física	286 (81,7%)	44 (12,6%)	20 (5,7%)	145 (87,9%)	15 (9,1%)	5 (3,0%)	141 (76,2%)	29 (15,7%)	15 (8,1%)	*
Vitimação Sexual	294 (84,0%)	41 (11,7%)	15 (4,3%)	144 (87,3%)	15 (9,1%)	6 (3,6%)	150 (81,1%)	26 (14,1%)	9 (4,9%)	ns
Vitimação Cyberbullying	335 (95,7%)	12 (3,4%)	3 (,9%)	158 (95,8%)	6 (3,6%)	1 (,6%)	177 (95,7)	6 (3,2)	2 (1,1)	ns

* $p\leq 0,05$ ** $p\leq 0,01$ *** $p\leq 0,001$

Discussão dos resultados

Considerando-se a difícil fronteira no contexto das interações entre pares, entre a brincadeira e o comportamento que tem por objetivo prejudicar ou magoar o outro de forma intencional, consideramos as perceções e valências dos estudantes, quanto à frequência e às múltiplas formas de vitimação, elementos indispensáveis para gerar uma base de conhecimentos que impulse para protagonismos educativos transformadores sobre o fenómeno do bullying, sem desenraizá-lo da grande problemática da violência escolar.

A indicação de que metade da população pesquisada sentiu-se ou sente-se vítima de comportamentos agressivos e intimidatórios no espaço escolar é passível de múltiplas leituras. Sejam elas quais forem, emerge um princípio inquestionável, do ponto de vista do avanço civilizacional que veicula, relacionado a natureza educadora dessa instituição. Ou seja, é preciso retomar continua e reflexivamente a vida na escola e atribuir visibilidade aos currículos vigentes, estejam eles legitimados pela intencionalidade ou não. O cruzamento de dados entre frequência e múltiplas formas de vitimação transcende à dimensão numérica e contém elementos essenciais ao entendimento, com fins propositivos, seja da estrutura ou da dinâmica socializadora vigente no percurso educativo dessas crianças e jovens. Fazer um

recorte de abordagem sem cair numa lógica reducionista e linear não foi o único desafio presente no processo de investigação. A esse somou-se a condição de tratarmos de contexto complexo a partir de uma metodologia tradicional, questionada pela própria equipa, em seu alcance para garantir a voz autoral dos jovens participantes do estudo.

Analisados à luz do conhecimento socializado sobre o *bullying* e, confrontados com referenciais produzidas nas três décadas anteriores, a partir de estudos desenvolvidos em escolas públicas portuguesas (Costa, et al., 2011; Martins, 2005, 2009; Pereira, 1997, 2008), os dados que resultam do esforço da pesquisa não surpreendem, entretanto contém indicadores de tendências sociais preocupantes, do ponto de vista da consolidação democrática e de cidadania, por vezes diluídas nos velhos e grandes fluxos paradigmáticos. Diante e a partir dos dados levantados surgem indicadores que merecem ser problematizados pelo coletivo de educadores das escolas participantes do estudo. Os números levantados traduzem mais do que índices e, importa que, em dado momento, possam ser também confrontados na perspetiva das questões de género. Os papéis assumidos nessa dimensão nos revelam enquanto sociedade e explicitam direcionamentos culturais históricos. Este estudo tratou de ser essa via de acesso a uma particularidade do todo, sem a qual atitudes genéricas e superficiais são facilitadas.

Em termos globais o tipo de vitimação de maior frequência entre pares, ligado ao *bullying* indireto ou de exclusão, foi dado a conhecer através de queixas como: «andaram a falar mal de mim e disseram segredos», seguido da vitimação verbal, definida por «chamaram-me nomes feios ou gozaram-me de forma desagradável». Em relação aos estudos semelhantes, já realizados com jovens portugueses, em contexto escolar, os resultados do estudo focado neste artigo, confirmam e conjugam tendências já observadas, seja na investigação com jovens (média global de idades =14,7 anos), desenvolvida por Martins (2009), que evidenciou o predomínio da vitimação por exclusão, seja em outras, desenvolvidas com uma população mais jovem (média global de idades =11,6 anos), onde a vitimação verbal surge em primeiro lugar (Olweus, 1999; Pereira, 1997, 2008; Whitney & Smith, 1993). Outra particularidade notada em relação a esses dois estudos diz respeito ao número de formas de vitimação. Conserva-se um padrão de vitimação através de uma única forma, o que permite hipostenizar sobre a vigência, no grupo de pares, de um mecanismo grupal de consenso, sobre a forma preferencial de agressão.

Na lógica de um olhar curioso às questões de género, os dados são tomados como uma proposição para problematizar os condicionantes culturais que perpetuam fronteiras de legitimidade do masculino e do feminino. Em consonância com a linha ascendente traçada

pela participação feminina nos espaços públicos, pela alteração e ampliação das suas funções no exercício das funções parentais e pela presença crescente da voz do, por muito tempo, «sexo frágil» na sociedade global, se confirma a figura feminina na origem das situações de vitimação. A participação do género feminino nas práticas de bullying revela-se numa escala semelhante à do género masculino. Em apenas três dos dezassete comportamentos agressivos e intimidatórios analisados, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas (andaram a falar mal de mim e disseram segredos; bateram-me, deram-me murros ou pontapés e fizeram-me gestos obscenos para me magoar). Ainda que estudos anteriores tenham apontado a pequena diferença na participação entre os géneros (Sapouna, 2008; Scheithauer, Hayer, Petermann, & Jüger, 2006; Viljoen, et al., 2005), vigora a crença disseminada, de uma concentração do género masculino em condutas que produzem vitimação. No entanto, os resultados do estudo desenvolvido sugerem uma redução dessa assimetria de géneros e sinalizam, numa faixa determinada, para uma inversão de posições supostas como regra, não só no espaço do senso comum, como da Academia. Nesta linha, ainda ausente do debate científico e da área da formação docente, o género feminino apresenta maior envolvimento (1 ou 2 e 3 ou mais vezes) nos diferentes tipos de vitimação, especialmente no de exclusão (andaram a falar mal de mim e disseram segredos) e sexual (tocaram em partes íntimas do meu corpo deixando-me triste e desconfortável). Em relação à vitimação verbal (chamaram-me nomes ou gozaram-me de forma desagradável) o género feminino também apresentou maior envolvimento, no intervalo de frequência 3 ou mais vezes. No intervalo de frequência (1 ou 2 vezes), o género feminino manteve o maior envolvimento nos tipos de vitimação física (tiraram-me coisas), exclusão (deixaram-me só porque não queriam brincar comigo), sexual (insultaram-me com nomes ou frases de natureza sexual) e cyberbullying (ameaçaram-me através do telemóvel ou internet). Ainda que a emergência do protagonismo feminino seja inquestionável, faz-se necessário destacar que à medida que aumenta a frequência e o recurso às diferentes formas de vitimação, o género masculino apresenta valores de participação superiores ao feminino. Essa flutuação nos dados em relação aos géneros e a evidência de uma complexidade no envolvimento masculino nas questões de vitimação não correspondem, de imediato, a categorizações ou certezas. Entretanto, são elementos inegáveis e indispensáveis para justificar a inoperância de qualquer intervenção que pretenda abordagens a todos como se fossem um só.

Quando aproximadamente metade dos estudantes se situa como vítima de agressões, ao longo do primeiro período escolar (um trimestre), urge problematizar os mecanismos de intervenção educativa patrocinados pela instituição escolar, através do projeto pedagógico, pois está

comprometido o processo de socialização entre pares. A abordagem do bullying é um processo complexo, enredado na especificidade de cada contexto escolar, e só faz sentido, do ponto de vista educativo, se suportada num olhar que ousa tocar nos elementos que estão dentro e que estão fora, ou seja, que articula o que é da esfera local e coproduzido no cotidiano institucional, com os imperativos da macroestrutura.

O bullying é um fenómeno contextual que requer intervenções desenhadas no próprio terreno, assentadas num conhecimento menos ortodoxo e mais disposto ao novo, ao que não se sabe, ao surpreendente e, à participação processual das crianças e jovens. Restituir a voz a esses sujeitos do processo de ensino e aprendizagem pode ser mais que uma alternativa para mapear a dinâmica relacional da escola. Passa a ser a própria via para qualificá-la, na medida em que restitui um espaço de participação e equaliza as *nuances* de poder no intercâmbio entre a geração adulta e a das crianças e jovens. Conhecer as crianças e os jovens reais que habitam a escola, para além de um conceito abstrato da sua categoria social geracional é o desafio essencial que se apresenta aos educadores comprometidos com uma educação que se qualifica pela ousadia de desacomodar-se e questionar-se continuamente.

Referências

- Amado, J. (2010). *Da indisciplina escolar ao cyberbullying*. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Amado, J., & Freire, I. (Eds.). (2002). *Indisciplina e violência na Escola - Compreender para prevenir*. Porto: Edições ASA.
- Bjorkqvist, K., Lagerspetz, K., & Kaukiainen, A. (1992). Do girls manipulate and boys fight? Developmental trends in regard to direct and indirect aggression. *Aggressive Behavior* 18(2), 117-127.
- Bradshaw, C. P., O'Brennan, L. M., & Sawyer, A. L. (2008). Examining variation in attitudes toward aggressive retaliation and perceptions of safety among bullies, victims, and bully/victims. *Professional School Counseling*, 12(1), 10-21.
- Carvalhosa, S., Lima, L., & Matos, M. (2001). Bullying – A provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica*, 4(XIX), 523-537.
- Costa, P., & Pereira, B. (2011). *Sete ideias, para muitas opiniões: bullying – A agressividade entre pares na escola*
- Paper presented at the VII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde: A actividade física promotora de saúde e desenvolvimento pessoal e social
- Costa, P., Pereira, B., Simões, H., & Farenzena, R. (2011). *Vitimação em Contexto Escolar: Frequência e múltiplas formas*. Paper presented at the VII Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde.
- Craig, W., Pepler, D., & Blais, J. (2007). Responding to Bullying: What Works? *School Psychology International*, 28 (4), 465-477.
- Hoover, J. H., Oliver, R. L., & Hazier, R. J. (1992). Bullying: Perceptions of adolescent victims in Midwestern USA. *School Psychology International*, 13, 5-16.
- Ladd, G., & Kochenderfer-Ladd, B. (2002). Identifying victims of peer aggression from early to middle childhood: Analysis of cross-informant data for concordance, estimation of relational adjustment, prevalence of victimization, and characteristics of identified victims. *Psychological Assessment*, 14(1), 74-96.

- Martins, M. (2005). Agressão e Vitimação entre adolescentes, em contexto escolar: Um estudo empírico. *Análise Psicológica*, XXIII (4), 401-425.
- Martins, M. (Ed.). (2009). *Maus - tratos entre adolescentes na escola*. Penafiel: Editorial Novembro.
- Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). Definição do problema e caracterização do fenómeno. In H. C. F. C. Ferreira-Borges (Ed.), *Violência, Bullying e Delinquência* (1ª ed.). Lisboa: Coisas de Ler Edições.
- Meyer, E. (Ed.). (2011). *Gender and sexual diversity in school: explorations of educational purpose* (Vol. 10). London-New York: Springer Dordrecht Heidelberg.
- Olweus, D. (1989). Prevalence and incidence in study of anti-social behavior: definitions and measurement. In M. E. Klein (Ed.), *Cross - national research in self-reported crime and delinquency* (pp. 187-201). Dordrecht, The Netherlands: Kluwer.
- Olweus, D. (1999). The Nature of School Bullying. A cross-national perspective. In P. Smith, Junguer-Tass P., D. Olweus, R. Catalano & P. Slee (Eds.). London: Routledge.
- Olweus, D. (Ed.). (1993). *Bullying at school. What we know and what we can do*. Oxford e Cambridge: Blackwell.
- Ortega, R., & Mora-Merchan, J. (1997). Agresividade y violencia. El problema de la victimización entre escolares. *Revista de Educacion*, 313, 7-27.
- Pereira, B. (1997). *Estudo e prevenção do bullying no contexto escolar - Os recreios e as práticas agressivas das crianças.*, Universidade do Minho, Braga.
- Pereira, B. (Ed.). (2008). *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças* (2ª ed ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia (MTC)
- Pereira, B., Costa, P., Melim, F., & Farenzena, R. (2011). Bullying escolar. Programas de Intervenção Preventiva. In M. L. Gisi & R. T. Ens (Eds.), *Bullying nas Escolas: Estratégias de Intervenção e Formação de Professores* (1ª ed., pp. 205). Curitiba - Brasil: Editora Unijui da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.
- Sanmartin, J. (2006). Concepto y Tipos. In Á. Serrano (Ed.), *Acoso y violencia en la escuela* (1ª ed., pp. 21-32). Barcelona: Editorial Ariel. S.A.
- Sapouna, M. (2008). Bullying in Greek primary and secondary schools. *School Psychology International*, 29, 199-213.
- Scheithauer, H., Hayer, T., Petermann, F., & Juger, G. (2006). Physical, verbal, and relational forms of bullying among German students: Age trends, gender differences and correlates. *Aggressive Behavior*, 32, 261-275.
- Skrzypiec, G., Slee, P., Murray-Harvey, R., & Pereira, B. (2011). School bullying by one or more ways: Does it matter and how do students cope? *School Psychology International*, 32(3), 288-311.
- Smith, P. (2002). Intimidação por colegas e maneiras de evitá-la. In E. Debardeux & C. Blaya (Eds.), *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: Edições UNESCO Brasil.
- Smith, P., & Sharp, P. (Eds.). (1994). *School bullying. Insights and perspectives*. Londres Routledge.
- Solberg, M., & Olweus, D. (2003). Prevalence estimation of school bullying with the Olweus Bully/Victim Questionnaire. *Aggressive Behavior*, 29(3).
- Stockdale, M. S., Hangaduambo, S., Duys, D., Larson, K., & Sarvela, P. D. (2002). Rural elementary students', parents', and teachers' perceptions of bullying. *American Journal of Health Behaviors*, 26(4), 266-277.
- UNICEF. (1989). A Convenção sobre os Direitos da Criança. from http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf
- Viljoen, J. L., O'Neill, M. L., & Sidhu, A. (2005). Bullying behaviors in female and male adolescent offenders: Prevalence, types and association with psychosocial adjustments. *Aggressive Behavior*, 31, 521-536.
- Whitney, I., & Smith, P. (1993). A Survey of the nature and extent of bullying in junior/middle and secondary schools. *Educational Researcher*, 35 (1), 3-25.